

Sidh Losa Mendiratta

DOMUS-FORTIS  
IN ÆQUATOR

A segunda vida da casa-  
torre de origem Europeia  
no antigo Estado da Índia

2012/13  
8ª EDIÇÃO

PRÉMIO FERNANDO TÁVORA  
CADERNOS DE VIAGEM

2012

Sidh Losa Mendiratta

DOMUS-FORTIS IN ÆQUATOR:  
A SEGUNDA VIDA DA CASA-TORRE  
DE ORIGEM EUROPEIA NO ANTIGO  
ESTADO DA ÍNDIA

8ª Edição

Prémio Fernando Távora  
Cadernos de viagem

## INTRODUÇÃO

O *Prémio Fernando Távora* foi criado em 2005, por iniciativa da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos (OASRN), em homenagem ao arquitecto Fernando Távora, que influenciou gerações sucessivas de arquitectos pela sua actividade enquanto arquitecto e pedagogo, valorizando a importante contribuição da viagem e do contacto directo com outras realidades na formação da cultura do Arquitecto.

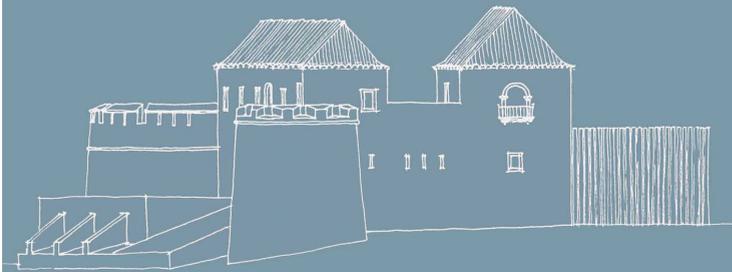
Desde estudante e durante toda a sua vida, Fernando Távora viajou incessantemente para estudar *in loco* a arquitectura de todas as épocas, em todos os continentes, utilizando-a como conteúdo e método da sua actividade pedagógica. As suas aulas e a sua prática projectual consolidaram, em sucessivas gerações, em Portugal e no estrangeiro, a ideia de que o conhecimento da História e da Cultura são indispensáveis para a produção da arquitectura contemporânea.

Hoje a prática da arquitectura desenrola-se cada vez mais no palco mundial, transcendendo largamente os contextos locais. Arquitectos de todo o mundo contribuem com propostas para outros países, outras culturas, e nesta realidade global, de intensas trocas de experiências, é importante preparar os arquitectos através de experiências reais de confronto com outros contextos.

A promoção do Prémio Fernando Távora cumpre uma das heranças do arquitecto portuense: a extraordinária capacidade de investigar sobre o sentido das coisas, as suas raízes, a grande curiosidade pelo outro, ancorada numa forte ligação ao seu contexto de origem, na defesa da dignidade humana e respeitando as suas diferenças.

SIDH DANIEL LOSA MENDIRATTA

## DOMUS-FORTIS IN ÆQUATOR



PROPOSTA DE VIAGEM - CANDIDATURA AO PRÉMIO FERNANDO TÁVORA  
8ª EDIÇÃO, 2012/2013. ORDEM DOS ARQUITETOS / S.R.N.

1

4

1 Imagem da candidatura ao Prémio F. Távora, 8ª Edição (© Sidh Losa Mendiratta, 2012)

1

## DOMUS-FORTIS IN ÆQUATOR: A SEGUNDA VIDA DA CASA-TORRE DE ORIGEM EUROPEIA NO ANTIGO ESTADO DA ÍNDIA

### INTRODUÇÃO

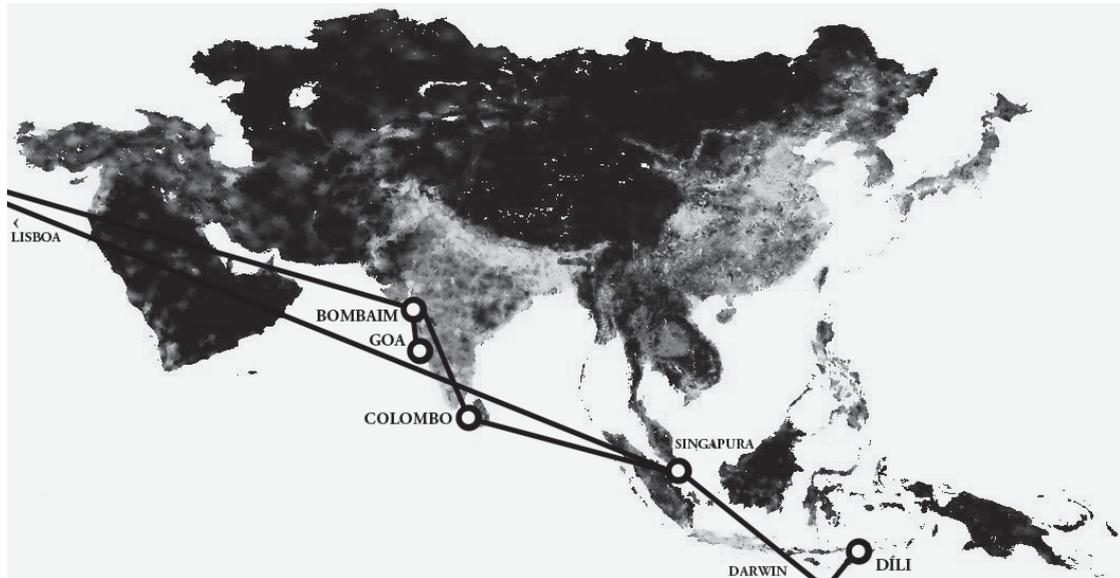
1 Entende-se por “casa-torre” ou “*domus-fortis*” uma tipologia arquitectónica difundida em Portugal continental durante os séculos XIII e XIV, mas com origens no período tardo-romano e suevo. Esta tipologia, que emula as torres de menagem dos castelos do período da “Reconquista” Ibérica, caracteriza-se pelas suas proporções, pela sua vocação defensiva, pelo modo como domina a paisagem, e pela sua ligação à exploração agrícola do sítio onde se insere. A casa-torre é ainda um símbolo de apropriação de um determinado território, controlando-o e observando-o, expressando a vontade de progressão social e autossuficiência por parte do seu proprietário (BARROCA, Mário Jorge, *Torres, casas-torres ou casas-fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)*, sep. de *História das Ideias*, vol. 19, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998).

2 MENDIRATTA, Sidh Losa, *Proposta de Candidatura ao Prémio Fernando Távora*, 8ª edição, Porto, Fevereiro de 2013, p. 27 (n/ pub).

3 MENDIRATTA, Sidh Losa, *Dispositivos do Sistema Defensivo da Província do Norte do Estado da Índia (1521-1739)*, tese de doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012, p. 603.

O projeto de investigação proposto para a 8ª edição do Prémio Fernando Távora tinha como objectivo essencial “*localizar e documentar vestígios arqueológicos de casas-torre ou domus-fortis<sup>1</sup> de origem portuguesa nos quatro territórios do antigo Estado da Índia—Província do Norte; Goa; Sri Lanka; e Timor-leste*”<sup>2</sup>. Esta iniciativa dava continuidade a uma das linhas de investigação abertas na tese de doutoramento que desenvolvi entre 2008 e 2012. Durante esse período, foi possível constatar a existência de várias ruínas de casas-torre de origem portuguesa no território da antiga Província do Norte do Estado da Índia, assim como numerosas menções a “torres” ou “casa-fortes” aldeãs na documentação primária referente ao mesmo território. Razão pela qual, na tese, defendi a hipótese de que as casas-torre da Província do Norte consubstanciaram—pelo menos durante o primeiro século e meio da sua história—os nós de uma rede relativamente densa que estruturava uma considerável parte daquele território. Essa rede, que constituía a primeira linha de defesa da Província, era guarnecida pelos senhorios das aldeias de acordo com a obrigação miliciana estipulada nas respetivas cartas de aforamento<sup>3</sup>.

Considerando que tanto em Goa, como no oeste do Sri Lanka, e ainda na ilha de Timor, os portugueses e os seus descendentes se tornaram proprietários rurais em territórios de fronteira—em processos de ocupação territorial comparáveis àquele que ocorreu na Província do Norte—, propus percorrer as zonas rurais desses antigos territórios do Estado da Índia, no propósito de



II

II Mapa da Ásia com o itinerário aéreo percorrido (© Sidh Losa Mendiratta, 2012)

documentar eventuais vestígios de casas-torre. Para tal, organizei cartografia para cada um dos territórios, na qual assinali os locais onde poderiam ter existido casas-torre<sup>II</sup>.

Devido ao facto de, durante a viagem realizada no âmbito do prémio F. Távora, não ter localizado quaisquer vestígios de casas-torre nos territórios de Timor-Leste e do Sri Lanka, o presente texto irá focar sobretudo a antiga Província do Norte, território onde localizei e documentei vários exemplares, os quais me permitem desenvolver o conhecimento sobre esse dispositivo de habitação e defesa. Relativamente a Goa, irei abordar dois exemplos de casas senhoriais que incorporam volumetrias com proporções próximas das casas-torre.

6

## TIMOR-LESTE.

### CONTEXTUALIZAÇÃO.

4 Luis Filipe Thomaz divide a história da presença portuguesa em Timor em quatro fases: 1515-1556; 1556-1702; 1702-1894; 1894-1975 (THOMAZ, Luis Filipe, *De Ceuta a Timor*, Difel, Lisboa, 1994, pp. 593-600, 643-647).

5 ALVES, Edmundo, "Lifau", *Património de Origem Portuguesa no Mundo — Arquitetura e Urbanismo*, vol. *Ásia e Oceânia*, José Mattoso (coord.), Walter Rossa (coord.), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010, pp. 447, 448.

Nota: Possível retirar uma ou duas palavras para fazer caber 'da ilha'?

Desde as primeiras visitas dos portugueses, por volta de 1515, até meados do século XIX, quando Portugal começou efetivamente a impor o seu domínio colonial sobre a metade leste de Timor, mediam três séculos e meio de instabilidade. Esse longo período caracterizou-se, de um modo geral, por uma frágil e inconstante presença portuguesa na ilha, e por conflitos entre vários grupos rivais para ganhar ascendente sobre os reis timorenses (liurais) e controlar o escoamento da madeira de sândalo<sup>4</sup>. Durante esse período conturbado, ensaiaram-se duas tentativas de ocupação e fortificação de uma base na ilha por parte do Estado da Índia: primeiro em Cupão ou Kupang, no extremo oeste de Timor (ca. 1647-1653); e mais tarde em Lifau, na costa norte (1702-1769)<sup>5</sup>. Porém, ambas as tentativas falharam devido à hostilidade dos Holandeses, em Cupão, e dos Topazes (ou Larantuqueiros), em Lifau. Apenas à terceira tentativa, em 1769, conseguiu a coroa portuguesa implantar uma base na ilha, quando ocupou e fortificou a povoação de Dili—ainda que essa fixação não se tenha traduzido logo na ocupação de parcelas no interior da ilha.

De forma progressiva, a administração portuguesa foi-se estabelecendo ao longo da costa, através da construção de pequenas fortificações. Simultaneamente, foram formadas alianças com os respetivos liurais timorenses. Porém, somente a partir da década de 1860—assinado o tratado que delimitou as fronteiras com os Holandeses e Portugueses na ilha e região—é que o estado Português conseguiu desenvolver os mecanismos

Nota: Posso apagar estes nos títulos e sub-títulos

6 THOMAZ, Luís Filipe, *Reconhecimento preliminar do património histórico-cultural subsistente em Timor Leste*, Lisboa, 2000.

Nota: Possível cortar uma ou duas palavras de forma a fazer caber leste?

7 THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, Difel, Lisboa, 1994, p. 594.

8 BOAVIDA, Isabel, "Celestino da Silva, a rede de postos militares e a ocupação colonial efetiva de Timor português (1895-1905): Um processo (des) construtivo", *Journal of Asian History*, nº 48, 2, 2014, pp. 227-261.

necessários para ocupar e controlar Timor. Nessa década, Timor tornou-se uma província ultramarina (separada de Macau), e Díli foi elevada a cidade<sup>6</sup>.

Importa referir também a fixação dos missionários Dominicanos na ilha, cuja atividade se prolongou durante praticamente todo este período de três séculos e meio—uma presença que antecedeu o estabelecimento dos oficiais do Estado da Índia. Apesar de inicialmente inconstante, as conversões operadas pelos Dominicanos, particularmente entre os liurais, bem como a construção de uma rede de igrejas pelo território, a revelar-se fundamental para o subsequente controlo português de Timor-  
leste<sup>7</sup>.

Durante o último quartel do século XIX desenvolveu-se a cultura cafeeira em Timor-leste, exploração que ajudou a fomentar o processo de ocupação do território por parte da administração portuguesa. O governador Celestino da Silva (gov. 1894-1908) encetou então uma efetiva ocupação de toda a ilha, após suprimir violentamente a resistência ao domínio colonial—não obstante uma significativa revolta em 1912. Começando por dividir o território em circunscrições militares, em cada criou uma posição defensiva, a “casa” ou “posto da administração”<sup>8</sup>. Estes dispositivos foram implantados muitas vezes em locais de fortificações pré-existentes, sobretudo os que foram construídos nas zonas costeiras—como o posto da administração de Lautém— e na zona de fronteira com Timor Ocidental. Porém, no interior, houve a necessidade de criar novas posições e as respetivas infraestruturas. A rede de postos de administração foi unida por linhas telefónicas e de comunicação, prevendo-se a mobilidade de tropas e artilharia entre os vários postos. Esta rede de casas de administração foi posteriormente reaproveitada pelos japoneses durante o período de ocupação da Segunda Guerra Mundial (1942-1945) e pelos indonésios a partir de 1975. Assim, essas estruturas foram, de um modo geral, bastante alteradas—com algumas exceções, como é o caso do antigo posto de

Estas duas linhas vão passar para a página anterior se se puderem fazer as edições sugeridas.

Cailaco, que permaneceu, e permanece, abandonado desde a retirada dos japoneses<sup>9</sup>.



III Página de Passaporte (© Sidh Losa Mendiratta, 2013)

### ITINERÁRIO 15—23.08.13

9 MESTRE, Victor, "Arquitetura em Timor", *Património de Origem Portuguesa no Mundo—Arquitetura e Urbanismo, vol. Ásia e Oceânia*, José Mattoso (coord.), Walter Rossa (coord.), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010, pp. 413-415.

A partir da capital, Díli, o itinerário percorrido seguiu ao longo da costa nordeste da ilha, região onde se concentrou a influência colonial portuguesa ao longo dos séculos XVIII e XIX. Assim, visitei Baucau, Manatuto, Vemasse e Lautém, e por fim a ilha do Jaco, no extremo leste de Timor. Destes locais, destaco Lautém, onde se encontram as ruínas de um posto da administração, rodeado por um perímetro amuralhado<sup>9</sup>.

As ruínas do posto ficam à cota alta, sobre uma plataforma, dominando a orla costeira em redor. No local, ainda é possível encontrar vestígios de várias dependências com robustas alvenarias. A rematar uma das alas da edificação surge um volume que, pelas sua configuração e proporcionalidade, poderá ter sido uma pequena torre. Neste volume, assim como noutras



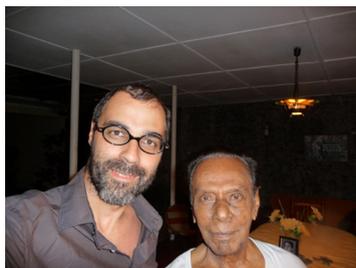
## SRI LANKA.

### CONTEXTUALIZAÇÃO.

A partir de 1506, os portugueses visitaram a ilha de Sri Lanka, atraídos pela canela e por pedras preciosas. A evolução da presença portuguesa na ilha, considerando os processos de tentativas de ocupação territorial, pode ser dividida em três períodos. O primeiro, que se prolongou até à década de 1590, caracteriza-se sobretudo pela progressiva imposição da soberania portuguesa em pontos estratégicos ao longo da costa ocidental da ilha. Durante esta fase, os portugueses exerceram uma crescente influência sobre os vários reinos da ilha, sobretudo devido à sua supremacia marítima, e também porque souberam tirar proveito dos conflitos internos existentes.

Todavia, por volta de 1594, com a derrota do reino de Sitavaka e com a imposição de protetorados sobre os reinos de Kandy e Jaffna, inicia-se um novo período. Através de uma série de operações de larga escala, os portugueses ensaiaram então o acalentado sonho de conquistar a ilha-esmeralda. No entanto, este desígnio—que implicou grandes investimentos de soldados e de meios financeiros—encontrou forte resistência nos reinos e povos da ilha, e foi dificultado pela chegada dos holandeses em 1603. Durante esse período, entre os vários episódios bélicos, salienta-se a pesada derrota portuguesa de Danture em 1594, e a “famosa retirada” do governador Jerónimo de Azevedo em 1603.<sup>VII</sup>

Em consequência, os portugueses abandonam o projeto imperial para conquistar a ilha, e assinam, em 1617, um tratado de paz com o reino de Kandy—inicia-se assim o terceiro período da presença



VII Com o sr. Rodrigo, em Colombo, Sri Lanka (© Sidh Losa Mendiratta, 2013)

<sup>11</sup> FLORES, Jorge, *Hum Curto Historia de Ceylan: quinhentos anos de relações entre Portugal e o Sri-Lanka*, Fundação Oriente, Lisboa, 2000.

### ITINERÁRIO 25.08—01.09.13

<sup>12</sup> BELL, H. C., “Report on the Kegalla District of the Province of Sabaragamuwa”, *Archaeological Survey of Ceylon, Sessional Papers*, XIX, Colombo, 1892.

portuguesa em Sri Lanka, acompanhado pelo incremento da atividade e ingerência holandesa na ilha. Em 1619, os portugueses lograram conquistar e anexar o reino de Jaffna, no extremo norte do Sri Lanka, ao mesmo tempo que o governador Constantino de Sá de Noronha (gov. 1618-1630) (re)consolidava e fortificava, de forma pragmática, as zonas costeiras ainda dependentes da coroa portuguesa. Porém, em 1630 e 1638, dois consideráveis exércitos portugueses foram aniquilados e, mortos dois governadores da ilha em batalha. Devido a essas derrotas, e face à coligação do reino de Kandy com os Holandeses, os portugueses passaram à defensiva. Entre 1638 e 1658, as fortificações portuguesas na ilha foram sendo sucessivamente conquistadas; a fortificação de Nossa Senhora dos Milagres, em Jaffna, foi a última a render-se. Ficava assim consumada a “fatalidade histórica” da ilha de Ceilão<sup>11</sup>.

Com início em Colombo, e após pesquisa documental no *National Archives* do Sri Lanka e na biblioteca do *National Museum*, preparei o meu itinerário, seguindo parte do caminho desde a capital até Kandy. Ao longo desse percurso, entre a costa e o interior da ilha, os portugueses investiram consideravelmente na fortificação de posições, as quais acompanhavam o trajeto seguido pelos seus exércitos nas várias campanhas militares para a conquistar o reino de Kandy. Entre Colombo e Kandy, visitei Sitavaka, Menikkadawara e Malwana, próximo de Balana, considerada pelos militares portugueses a “chave” para entrar nos planaltos de Kandy.

Os vestígios das fortificações portuguesas em Sitavaka e Menikkadawara foram identificados em finais do século XIX<sup>12</sup>. Aquando da minha passagem por Sitavaka, o *Archaeological Survey of Sri-Lanka* procedia a escavações arqueológicas nas ruínas da fortificação de origem holandesa, provavelmente construída sobre o antigo palácio do rei Rajasinha. Relativamente aos vestígios da fortificação de origem portuguesa, estes situam-se mais a sul, sobre uma elevação que domina a paisagem em redor.

Em Malwana, visitei as ruínas de uma estrutura fortificada erguidas sobre uma plataforma elevada. Cruzando a informação de documentação primária, tanto escrita como iconográfica, com aquilo que observei no local, afigura-se provável que essas ruínas correspondam a uma fortificação holandesa, eventualmente no meso e uma posição portuguesa mais antiga<sup>13</sup>.

Apesar de não ter localizado quaisquer vestígios de casas-torre nas zonas que visitei do Sri Lanka, e de não serem conhecidos registos destas estruturas noutras regiões da ilha, algumas imagens em códices antigos parecem sugerir a sua existência. Com recurso a trabalhos arqueológicos seria possível comprovar, ou não, a existência dessa tipologia no território<sup>14</sup>.

13 FLORES, Jorge, *Os olhos do Rei: desenhos e descrições portuguesas da Ilha de Ceilão (1624, 1638)*, CNCDP, Lisboa, 2001, pp. 140, 141; DIAS, Pedro, *Portugal e Ceilão: Baluartes, Marfim e Pedraria*, Santander Totta, Lisboa, 2006, pp. 113-115.

14 Poderia assim aprofundar-se o trabalho já desenvolvido por Tikiri Abeyasinghe e Zoltán Biedermann (ABEYASINGHE, Tikiri, *Portuguese Rule in Ceylon, 1597-1612*, Lake House, Colombo, 1966; BIEDERMANN, Zoltán, "Arquitetura Militar: Sri Lanka", *Património de Origem Portuguesa no Mundo—Arquitetura e Urbanismo*, vol. *Ásia e Oceânia*, José Mattoso (coord.), Walter Rossa (coord.), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010, pp. 344, 345).

## GOA.

### CONTEXTUALIZAÇÃO.

15 MENDIRATTA, Sidh Losa, RODRIGUES, Vítor, "Velha Goa: Arquitetura Militar", *Património de Origem Portuguesa no Mundo*, vol. *Ásia e Oceania*, coord. geral: José Mattoso, coord. do volume: Walter Rossa, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 182-186.

Considerando sobretudo a evolução das estruturas defensivas e dos mecanismos de ocupação territorial, a presença portuguesa de 450 anos em Goa pode ser dividida em quatro fases. O período inicial, entre 1510 e 1595, coincide com a conquista e estabilização das regiões de Tiswadi, Bardez e Salcete. Durante esse processo, as principais preocupações inerentes à defesa do território centraram-se na fronteira com as potências indianas vizinhas, nomeadamente com o sultanato de Bijapur<sup>15</sup>.

Num segundo período, a partir de 1596, a presença dos holandeses no Índico obrigou a coroa portuguesa a repensar a sua estratégia defensiva relativamente à cidade de Goa e Ilha de Tiswadi. Fortificaram-se então vários pontos da orla costeira, com enfoque para as barras dos rios Mandovi e Zuari. Nesse período, que continuou até ca. 1666, assistiu-se a uma menor atividade bélica ao longo da raia com a terra firme.

Entre 1667 e 1790 medeia uma terceira fase, que coincide com a ascensão do reino marata sob Shivaji Maharaj (1630-1680), fenómeno que causou grande impacto no subcontinente indiano. Com efeito, com as invasões maratas de Goa de 1683 e de 1739-41, a capital do Estado da Índia esteve perto de ser conquistada. Contudo, a partir de 1741, os portugueses deram início a um movimento de expansão territorial, através de uma série de campanhas e batalhas que se prolongaram até ca. 1790. Por conseguinte, o território de Goa atingiu a cordilheira dos Gates, que passou então a constituir uma defesa natural; os

## ITINERÁRIO 11—18.09.13

16 CARITA, Hélder, *Palácios de Goa: modelos e tipologias de arquitectura civil Indo-portuguesa*, Quetzal, Lisboa, 1995.

limites do território definidos nessa expansão correspondem ainda hoje à fronteira do estado de Goa.

O quarto e último período, compreendido entre 1791 e 1961, corresponde ao fim da ameaça marata e à imposição da *Pax Britannica* na Índia. Estes dois processos, e ainda a situação estagnada da economia do Estado da Índia, levaram a que a maior parte das posições defensivas do território de Goa tivessem sido progressivamente abandonadas e os investimentos militares significativamente reduzidos.

A maior parte das casas senhoriais ou casas apalaçadas de Goa foram edificadas durante os séculos XVIII e XIX, conforme já demonstrado por vários autores, nomeadamente Hélder Carita<sup>16</sup>; atividade que acompanhou e caracterizou o processo de consolidação da aristocracia católica goesa. É provável que algumas dessas casas senhoriais tenham sido construídas sobre estruturas pré-existentes, tanto casas-torre, como casas rurais de pequena dimensão—ou, eventualmente, que as tenham integrado na sua construção. No entanto, não se conhecem estudos que possam efetivamente comprovar essas hipóteses. Assim, e considerando todo o trabalho de investigação já desenvolvido, a probabilidade de encontrar em Goa vestígios de casas-torre ainda por documentar era diminuta. Visitei então, e apenas, os exemplos de casas rurais que evidenciavam volumetrias aproximadas a torres, —em Anjuna (Bardez) e Benaulim (Salcete).

Em Anjuna, a casa da família Sequeira remonta provavelmente ao século XVIII. A residência inclui um elemento central de planta quadrada que se incorpora no volume da casa, elevando-se porém cerca de 3m relativamente à cumeeira do telhado. Este elemento central apresenta ainda pequenas aberturas, as quais serviriam provavelmente para os primeiros proprietários disparar armas de fogo.

Relativamente à casa de Benaulim, o conjunto inclui um elemento central de planta quadrada que articula as restantes dependências. Esse elemento central encontra-se recuado relativamente aos dois volumes que o ladeiam e que constituem a zona nobre da casa. À semelhança da casa em Anjuna, o volume central também se eleva relativamente às cumeeiras das alas laterais, e apresenta pequenas janelas quadradas. Adossado ao elemento central e entre os dois volumes laterais, existe um alpendre de características goesas (balcão).

Para além do que já foi mencionado acerca da evolução das casas senhoriais em Goa, outra possível explicação para a ausência de casas-torre no território prende-se com o sistema “das comunidades” das aldeias goesas, as “gancarias”. Neste sistema, a coroa portuguesa, prescindindo de “fazer merçê” das aldeias aos fidalgos como ocorreu na Província do Norte do Estado da Índia, manteve-as arrendadas “às comunidades das mesmas Aldeas” por “cada tres annos”. Estas comunidades aldeãs “govern[avam] as Aldeas, e pag[avam] o foro a El Rey”<sup>17</sup>.

17 “Relaçam da Christandade do Norte... anno de 1669”, *Goana n.º 35*, Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma, fl. 67.

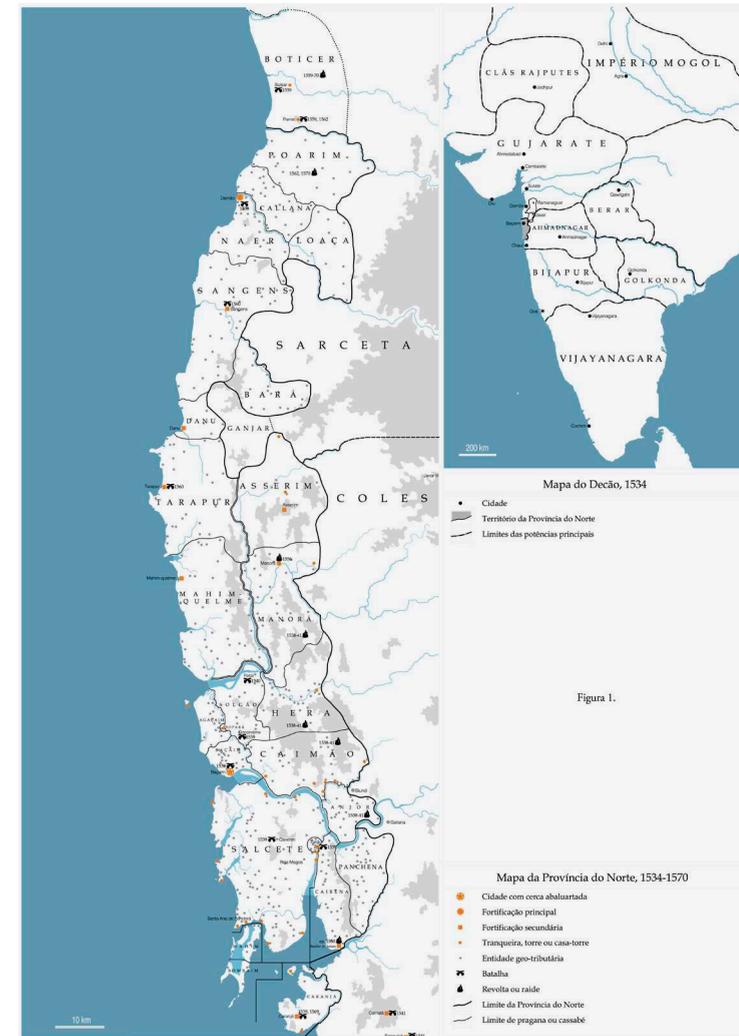
## PROVÍNCIA DO NORTE

### CONTEXTUALIZAÇÃO.

A Província do Norte do Estado da Índia ocupava cerca de 4,900km<sup>2</sup> ao longo de uma faixa costeira entre a atual zona de Bombaim e as povoações a norte de Damão. Considerando a evolução da ocupação e exploração do território, pode-se dividir a história da presença portuguesa na Província do Norte em três períodos. No primeiro período, entre 1534 e 1615, os portugueses começaram por ocupar e consolidar a parte sul do território, o distrito de Baçaim, posteriormente conquistando a parte norte, o distrito de Damão (1556-59). Seguiram-se vários conflitos com as potências indianas vizinhas, com desfechos favoráveis para o Estado da Índia.<sup>VIII</sup>

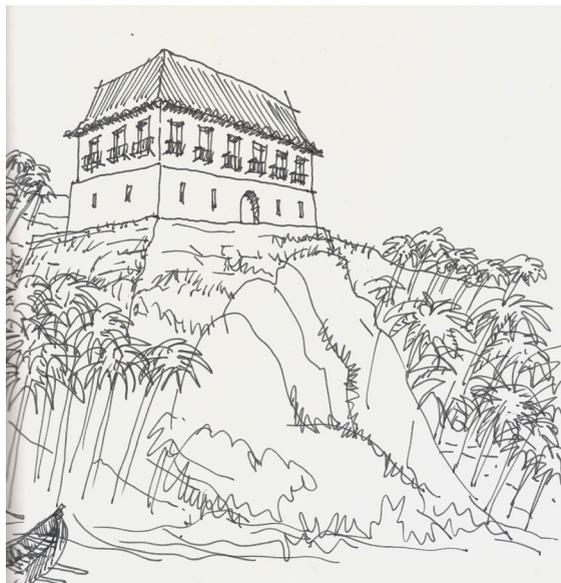
O segundo período, entre 1616 e 1658, corresponde a uma situação de estabilidade económica e militar, e também de significativa atividade e ingerência dos jesuítas no território, quer através de grandes explorações agrícolas, quer através da gestão dos meios financeiros provenientes do reino destinados à defesa da Província do Norte.

Durante o terceiro período, entre 1658 e 1739, a Província do Norte esteve frequentemente ameaçada por potências vizinhas, especialmente pelos maratas, sofrendo também com a rivalidade dos ingleses estabelecidos em Bombaim desde 1665. Em termos económicos, houve um declínio progressivo do comércio e da exploração das aldeias mais próximas da raia terrestre. A queda da Província no final da guerra luso-marata de 1737-39 representou um duro golpe para o Estado da Índia, que perdeu



assim a sua principal região de produção agrícola.

O território constituiu o “*primeiro ensaio verdadeiramente colonial da expansão portuguesa*”<sup>18</sup> a leste do Cabo da Boa Esperança. Até esse momento a soberania da coroa no Oriente estendia-se apenas a fortificações e cidades costeiras, e a algumas pequenas ilhas. O processo de ocupação e administração do território pelos portugueses conciliou aspectos da administração indo-muçulmana pré-existente com práticas portuguesas de exploração fundiária, nomeadamente o regime de aforamento<sup>19</sup>. O aforamento das aldeias da Província a senhorios portugueses—e também a indianos convertidos ao Cristianismo—conferia-lhes amplas regalias de cariz feudal, mas acarretava o dever de terem de servir numa milícia. O sistema de aforamentos, aliado ao contexto de instabilidade defensiva que afectou grande parte do território ao longo dos seus dois séculos de soberania portuguesa, esteve na base do processo que levou à construção de uma rede de estruturas de iniciativa privada de vocação defensiva: as casas-torre da Província do Norte<sup>20 IX</sup>.



18 ROSSA, Walter, “Província do Norte e Norte da Índia”, *Património de Origem Portuguesa no Mundo*, vol. Ásia e Oceania, coord. geral: José Mattoso, coord. do volume: Walter Rossa, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 63-87.

19 THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, Difel, Lisboa, 1994, pp. 235-238.

20 MENDIRATTA, Sidh Losa, *Dispositivos do Sistema Defensivo da Província do Norte do Estado da Índia (1521-1739)*, dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012, p. 597.

IX Reconstituição da casa senhorial da aldeia de Mazgaon (Mazagão), Província do Norte (© Sidh Losa Mendiratta, 2012)

## ITINERÁRIO

02—10.09.13

21 Até ao presente (2019), foram documentados os vestígios arqueológicos de cerca de quarenta e cinco casas-torre de origem portuguesa no território da antiga Província do Norte do Estado da Índia, ou seja, cerca de metade do número ainda existente em Portugal. Contudo, e de acordo com investigação documental, terão existido pelo menos uma centena de exemplos dessa tipologia na Província do Norte, sendo que alguns foram demolidos recentemente (MENDIRATTA, Sidh Losa, *Dispositivos do Sistema Defensivo da Província do Norte do Estado da Índia (1521-1739)*, dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012, p. 603; MACEDO, Fernando Pereira de, *Proteção e valorização de paisagens associadas às casas-forte medievais*, dissertação de mestrado, Departamento de Geociências, Ambiente, e Ordenamento do Território, Universidade do Porto, 2012, p. 8).

22 Os dois distritos que compunha a Província do Norte, Damão e Baçaim, subdividiam-se em praganas e cassabés (*O Tombo de Damão, 1592*, Artur Teodoro de Matos (dir.), Centro de Estudos Damião de Góis / CNCDP, Lisboa, 2001, p. 32).

23 *O Tombo de Damão, 1592*, Artur Teodoro de Matos (dir.), Centro de Estudos Damião de Góis / CNCDP, Lisboa, 2001, pp. 220, 221.

24 PISSURLENCAR, Panduranga, *Regimentos das Fortalezas da Índia*, Tipografia Rangel, Bastorá, 1951.

25 Para além da casa-torre de Asangaon, localizei um outro exemplar de casa-torre de planta rectangular na aldeia de Bhimpur (Bimpor), pravana de Callana, distrito de Damão (Carta de Aforamento datada de 21 de Agosto de 1692, *Junta da Real Fazenda do Estado da Índia*, Livro 7, PT/TT/GEI-JRF/01/07, IAN/TT. fl. 28v-30).

Dentre os numerosos exemplos de casas-torre documentados durante as diversas missões de campo que realizei à antiga Província do Norte entre 2006 e 2013, selecionei quatro casos. Estes são os que melhor ilustram o valor patrimonial e a diversidade arquitectónica desse conjunto, por um lado. E, por outro lado, a estreita relação entre os dispositivos e a paisagem onde se inserem<sup>21</sup>. Partindo de Bombaim, na companhia do arquiteto Saurabh Malpani percorri a costa em direção a norte até atingir Asangaon. Daí seguimos para sul, passando por Kumbhawali, Panchaly e Shirgaon.

A aldeia de Asangaon (Asanaguão) situa-se na antiga pravana de Tarapur<sup>22</sup>, distrito de Damão, Província do Norte. As ruínas da casa-torre da aldeia situam-se numa zona plana, aproximadamente a 10 km da orla costeira. Como provavelmente já ocorria no período dos portugueses, a ruína encontra-se rodeada de várzeas, e está próxima de um pequeno curso de água. A aldeia passou para a soberania portuguesa em Dezembro de 1559, sendo Pêro Estaço, tabelião e escrivão do ouvidor de Damão, o seu primeiro senhorio. As obrigações do senhorio, expressas na carta de aforamento, incluíam “*viver com mulher e caça em Damão e ter sempre hum cavallo arabio a sua custa, pera com elle servir quando compriir*”. Posteriormente, a aldeia foi vendida a Adrião Vicente, a quem sucedeu, no senhorio, sua mulher Filipa da Gama<sup>23</sup>. À semelhança dos foreiros de outras aldeias, também os de Asangaon gozavam de licença para viver na sua aldeia durante três meses por cada ano, e para a visitar periodicamente, desde que autorizados pelo capitão-mor de Damão<sup>24</sup>.

O que mais surpreende nesta casa-torre é a configuração da sua planta: um rectângulo de aproximadamente 13,17m por 9,1m, com o eixo maior orientado a nascente-poente<sup>25</sup>. Outro aspecto pouco comum é o nível elevado a que encontra a soleira da porta de acesso à casa-torre, situação que resulta dos três a quatro metros do embasamento da estrutura. Anexo à casa-torre, a nascente,

existe um pequeno recinto murado (com altura de ca. 1,5m) que poderia ter servido como dependência agrícola e assim coberto com material vegetal. As aberturas da estrutura são emolduradas por pedra de cantaria e, curiosamente, a porta apresenta um lintel de possível recorte barroco. Sobre essa mesma porta, do lado exterior, encontra-se ainda a pedra-de-armas de um dos senhorios de Asangaon, onde ainda é possível identificar a data de 1729 apesar do desgaste da pedra. De realçar ainda os pequenos orifícios decorrentes da técnica de cofragem usada durante a construção, visíveis tanto nas faces interiores como nas exteriores das alvenarias, e que constituem uma característica comum e identificadora da constelação das casas-torre de origem portuguesa na Província do Norte.<sup>X</sup>



XI Ruínas da casa-torre da aldeia de Khamlioli (Camolim), Província do Norte (© Saurabh Malpani, 2013)

Seguimos então para Kumbhawali (Cambolim), situada também na pravana de Tarapur. A sua casa-torre está implantada entre várzeas, e ligeiramente afastadas do núcleo principal da aldeia. Apesar do seu estado de ruína, as estruturas arqueológicas que subsistem permitem imaginar a escala imponente da construção original. Os seus robustos muros, fortalecidos nos cunhais com pedra de cantaria, delimitam a implantação quadrada, com cerca de 7,5m de lado. Distinguem-se ainda pelo menos dois pisos, sendo que a porta de acesso ao piso térreo não está muito elevada em relação à cota atual do terreno envolvente, como acontece na casa-torre de Asangaon. Devido às suas proporções e dimensões, esta estrutura representa o exemplo mais difundido de casa-torre na Província do Norte.<sup>XI</sup>

Prosseguimos viagem até a aldeia de Panchaly (Panchalim), pertencente à pravana de Mahim-quelme (distrito de Damão), situada a 18km da costa. O seu primeiro foreiro português foi Heitor da Fonseca, empossado em 1560. Este foi sucedido no senhorio da aldeia por Madalena Sampaio, e o seu marido Pedro Álvares Freire<sup>26</sup>.

A casa-torre primitiva de Panchaly foi posteriormente envolvida, a



X



XII

sul e a leste, por uma construção térrea de configuração em “L”. É provável que estas dependências servissem como cozinha e apoio doméstico à zona principal. A casa-torre apresenta uma planta quadrada com aproximadamente 6m de lado, com dois pisos, e o beiral superior dista cerca de 7m da cota do chão. No interior, ao nível do segundo piso, existe um pequeno nicho escavado na parede, rematado por um arco em forma de vieira invertida—elemento ornamental pouco comum na Índia com a exceção de Goa e da ilha de Diu. Ainda ao nível do piso superior da casa-torre, existem, nos seus quatro lados, amplas aberturas até à cota do pavimento, o que sugere a existência de sacadas.<sup>XII</sup>

X Ruínas da casa-torre da aldeia de Asangaon (Asanaguão), Província do Norte (© Sidh Losa Mendiratta, 2013)

XII Ruínas da casa-torre da aldeia de Panchaly (Panchalim), Província do Norte (© Sidh Losa Mendiratta, 2013)

Os vestígios portugueses em Shirgaon (Sirgão), aldeia também situada na praga de Mahim-quelme, representam um dos raros exemplos de uma casa-torre que evoluiu para uma elaborada casa-senhorial fortificada. Apesar das alterações e adições operadas pelo maratas após 1739, a partir dos vestígios existentes é possível reconstituir essa evolução, bem como identificar as principais funções de cada uma das dependências que compunham a casa senhorial de Shirgaon.

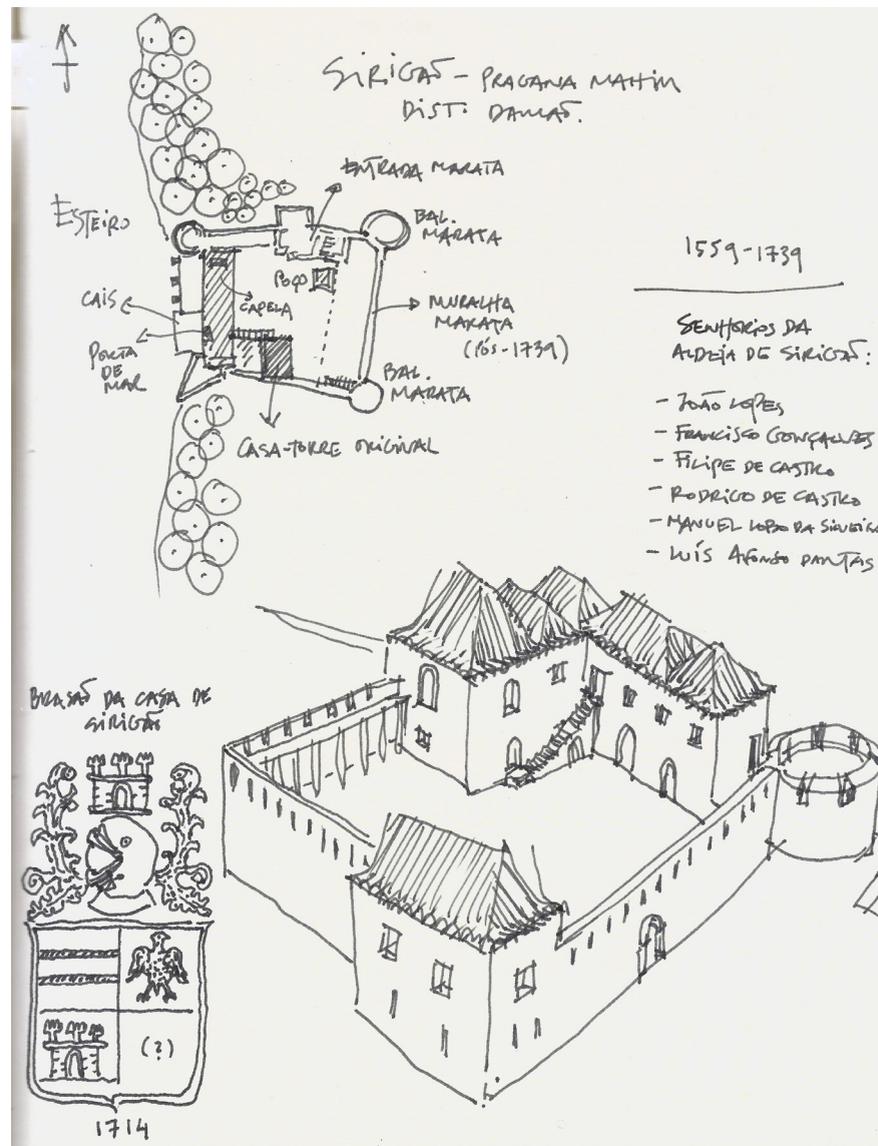
Entre os sucessivos senhorios da aldeia—que esteve sob domínio português entre 1559 e 1739—são de destacar os fidalgos Filipe de Castro e seu filho Rodrigo de Castro, e ainda o capitão-geral da Província do Norte, Manuel Lobo da Silveira Benevides e Córdova<sup>27</sup>. A casa-senhorial fortificada situava-se junto de um esteiro navegável, muito próximo da orla marítima. A planta da casa-torre primitiva, que foi integrada e mantida na casa senhorial, mede aproximadamente 12m por 9m. Do lado poente da casa-torre foi adossado um volume rectangular, que se desenvolve paralelamente ao esteiro. Este volume desenvolve-se em dois pisos, e aos seus extremos apegam-se dois baluartes: a sul, um baluarte de traçado moderno e angular; e a norte, um baluarte cilíndrico. No piso térreo do volume principal é ainda visível um nicho que foi entaipado, e que provavelmente fazia parte de um retábulo—facto que indicia a existência de uma antiga capela privativa. No mesmo volume, é também visível uma ampla porta-de-mar que abria para um pequeno cais acostável, e que foi igualmente entaipada. A leste da casa senhorial, envolvendo um pequeno recinto, existia um perímetro amuralhado, possivelmente com seteiras ou frestas, e banquetas para tiro de espingarda<sup>28</sup>.

A evolução desta casa-torre para uma casa senhorial fortificada, com os seus baluartes artilhados, recinto amuralhado, e cais acostável, apesar de notável, não foi caso único na Província do Norte. Também em Bombaim, Quelme, e Gorbandel existiram exemplos deste processo de evolução—porém, sem qualquer paralelo em Portugal<sup>29</sup>. XIII

27 Entre as várias pedras da casa senhorial reaproveitadas pelos maratas são ainda visíveis os fragmentos de um brasão com a data de 1714, possivelmente ligado à família Mourão (MENDIRATTA, Sidh Losa, *Dispositivos do Sistema Defensivo da Província do Norte do Estado da Índia (1521-1739)*, dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012, pp. 450-455).

28 MENDIRATTA, Sidh Losa, *Dispositivos do Sistema Defensivo da Província do Norte do Estado da Índia (1521-1739)*, dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012, pp. 450-455.

29 MENDIRATTA, Sidh Losa, *Dispositivos do Sistema Defensivo da Província do Norte do Estado da Índia (1521-1739)*, dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012, pp. 504-510, 459-462, 481-485.



## NOTA CONCLUSIVA.

30 MENDIRATTA, Sidh Losa, *Dispositivos do Sistema Defensivo da Província do Norte do Estado da Índia (1521-1739)*, dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012, p. 599-605.

A transposição da casa-torre—modelo enraizado em Portugal desde o século XIII—para um contexto muito distinto como foi o da Província do Norte do Estado da Índia, conduziu a processos de evolução próprios. Ao invés das suas congéneres em Portugal, que foram perdendo a sua vocação militar, as casas-torre da Província do Norte raramente abdicaram da sua função castrense. Vários exemplos evoluíram para dispositivos defensivos mais robustos, por vezes adaptados ao uso de artilharia<sup>30</sup>. Em Portugal, a casa-torre ou torre solarenga, seguiu um processo de evolução sobretudo voltado para as preocupações de conforto doméstico e desenvolvimento agrícola. Este processo deu origem aos primeiros solares.

Não se pode garantir que em Timor-Leste ou no Sri Lanka não tenham existido casas-torre. Porém, o trabalho de campo e análise de documentação histórica realizados permitem afirmar que, considerando a esfera oriental do Império Português, apenas na antiga Província do Norte existiu uma disseminação generalizada dessa tipologia pelo território, dando assim lugar a uma “segunda vida” da casa-torre de origem portuguesa.<sup>XIV</sup>

XIV Ruínas da casa senhorial fortificada da aldeia de Shirgaon (Sirgão), Província do Norte  
(© Sidh Losa Mendiratta, 2013)



## FICHA TÉCNICA

## NOTAS



